

Universidade de Brasília – UNB

Milton Pereira de Albuquerque Neto

OS DISCURSOS UTOPICOS DA FILOSOFIA FRENTE À EDUCAÇÃO COMO
PROCESSO FORMATIVO

Brasília 2013

Milton Pereira de Albuquerque Neto

OS DISCURSOS UTOPICOS DA FILOSOFIA FRENTE À EDUCAÇÃO COMO
PROCESSO FORMATIVO

Monografia apresentada à Universidade
de Brasília como requisito parcial à
obtenção do Título de Licenciatura.

Orientador: Prof. Pedro Erginaldo Gontijo

Brasília

2013

Aos meus pais Milton Junior e Maria Helena, pelo apoio,
aos meus irmãos Pedro Henrique e João Gabriel, pelo apoio,
à Loryne Viana de Oliveira, pelos apoios

RESUMO

Este trabalho é uma tentativa de mostrar como os anseios em torno da educação estão impregnados por um discurso político afirmativo. Começando trazendo a discussão Sócrates e sua antropologia que é ainda hoje fonte de inspiração para se questionar os preceitos sob quais são erigidos os nossos parâmetros e orientações curriculares, demonstrando que ele já tinha consciência da inseparabilidade da antropologia e da educação. Em seguida, Platão adentra a discussão apresentado seu ideal de homem refletido por um ideal de polis onde a justiça é o fim que todos devem procurar. Rousseau e Kant são os primeiros desse trabalho a escreverem obras que realmente tratam de educação e com isso as fragilidades de seus discursos afirmativos em favor de um ideal de homem também ficam mais expostas. Encerrando, faz-se uma breve análise dos efeitos desses discursos no teor na Lei de Diretrizes e bases da Educação brasileira.

Palavras chaves: Discursos afirmativos, Educação.

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO..... 6

PARTE I

As antropologias socrática e platônica..... 10

O Emílio de Rousseau e a proposta pedagógica de Kant..... 16

PARTE II

A presença do discurso afirmativo na

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....27

Conclusão..... 32

BIBLIOGRAFIA..... 34

Introdução

Este trabalho foi inspirado pelo artigo do Prof. Walter Kohan¹(2003) sobre ensino de filosofia. No qual ele fala, entre outras coisas, da existência de dois discursos antagônicos. Um afirmativo e outro não-afirmativo. Pretendemos identificar os dois discursos que são desenvolvidos paralelamente ao longo dos séculos acerca do propósito e de como acontece a educação. Desenvolvendo mais a questão do discurso afirmativo. Um segundo objetivo seria apontar os lugares onde é possível evidenciar os ideais propostos pela linha encabeçada por Platão, do discurso afirmativo. Mas o que seria discurso afirmativo? Entendemos discurso afirmativo, como discurso que não dialoga com qualquer contraparte. Na verdade, supõe-se que já houve essa contraparte, mas a discussão onde é apresentada a contraparte já se encontra em um ponto distante no passado. Assim, o discurso age através dos conceitos sintetizados nesse debate ,que já foi esgotado. Os conceitos são solidificados e servirão de apoio para o próprio discurso. Entre outras características do discurso afirmativo, eles costumam afirmar um modelo de sociedade e de comportamento.

A necessidade de se entender, historicamente e ideologicamente falando, o teor desses discursos e de como eles omitem, entre outras coisas, o que apresentaremos aqui, é o que nos fez tomar esse caminho. Ao longo deste trabalho iremos investigar alguns termos filosóficos que ajudam a enxergar as sutilezas dos dois tipos de discursos. Dando destaque ao discurso afirmativo, como já foi dito. Investigaremos acerca do que é conceito, para a filosofia, do que é ética, moral, e também o que vêm a ser, consciência e natureza humana.

É interessante informar que apesar das leituras feitas, não somente de autores que fazem parte da tradição da historia da filosofia, assim como artigos de pensadores brasileiros acerca da questão dos dois tipos de discurso, uma boa parte do que consta aqui é fruto da minha experiência, na licenciatura de filosofia da Universidade de Brasília e dos projetos de extensão que junto a capes eu participei.

¹ Professor titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

A questão básica do trabalho é a identificação desses discursos. É interessante adiantar que filósofos que fazem parte da corrente “desconstrutiva”² (se assim podemos chamar) como o próprio Sócrates, também desejam se apegar a uma natureza humana. Isso talvez não fique tão claro agora, mas, é com essa ideia que estamos trabalhando. E mais a frente isso ficará um pouco mais claro.

“Parece então, meu amigo, que sou alguém mais hábil do que Dédalo³, na medida em que ele fazia apenas suas obras se moverem, ao passo que eu, pelo que parece transmito movimento tanto as obras de outras pessoas quanto às minhas. E o que há de mais notável na minha arte é que minha habilidade contraria minha própria vontade, pois eu preferiria a fixidez e estabilidade de meus discursos a possuir o saber de Dédalo mais a riqueza de Tântalo⁴.”⁵

O diferencial dessa corrente encabeçada por Sócrates pode ser observado aí. Porque apesar de um desejo, esses filósofos não se entregam as definições incertas e veem como perigoso tornar o que é provisório por permanente, tornar o que é refutável, lei. O mesmo Sócrates lamenta ter que convencer a todos que conversam com ele, de que ele deseja também uma natureza, uma verdade moral fixa, metafisicamente oferecida ou atingida através de algum escuso pressuposto. Mas ele mesmo diz que essa verdade é fantasiosa e acreditar nelas pode ser perigoso até para aqueles que as afirmam.

Posteriormente passaremos à investigação da obra platônica *A República*, que segundo Rousseau: “*Não se trata de uma de política como pensam os que jugam os livros pelos títulos: é o mais belo tratado de educação que jamais se escreveu.*” (ROSSEAU. Emílio ou da Educação. pág. 14). Esse diálogo marca a diferença de posicionamentos de Sócrates e Platão. E o mais interessante dessa obra é que o interlocutor das ideias platônicas no caso é Sócrates, diferentemente dos diálogos citados anteriormente, Sócrates aqui é mais Platão do que Sócrates⁶.

² É o antagonista do discurso afirmativo, também poderíamos chamar de não afirmativo, não utópico entre outros.

³ [Mito.]-Dédalo era uma personagem da mitologia grega, filho de Erecteu e natural de Atenas. Era um notável arquiteto e construiu o famoso labirinto de Creta, onde se encontrava o Minotauro.

⁴ A expressão suplício de Tântalo refere-se ao sofrimento daquele que deseja algo aparentemente próximo, porém, inalcançável, a exemplo do ditado popular "Tão perto e, ainda assim, tão longe".

⁵ PLATÃO. Eutífron. Pg: 127

⁶ Sócrates está presente em várias obras platônicas, mas, segundo a tradição em algumas ele não passa de um reprodutor dos ideais platônicos. Como é o caso da *A República*.

Outra questão que iremos levantar é sobre a influência dos dois tipos de discursos na infância. Dando destaque aos impactos negativos que o discurso afirmativo, compartilhado pelos autores utópicos, causa. Além de ser mais fácil problematizar isso, entregar uma solução de como devemos usar a filosofia ou qualquer outra área do saber para educar, não é a proposta desse trabalho. Talvez apontar alguns rumos de forma indireta. Mesmo porque, como diz Kohan: “*O problema da educação tem sido visto, a partir desta perspectiva, como encontrar a melhor maneira de fazer com que os novos falem a língua que os velhos pensam que eles devem falar.*” (KOHAN. O ensino da filosofia frente à educação como formação. pág. 41)

Este trabalho também deseja, apoiado na perspectiva “desconstrutiva”, mostrar que a educação deve relativizar suas bases, deve se reinventar, de certa forma, até que fique mais palatável ao indivíduo. Desta forma é honesto adiantar a preferência pela linha de discurso não-afirmativa. Mas que isso não confunda o leitor. Aqui também não há intenção de se afirmar que um processo educativo deve extinguir qualquer caráter doutrinário. Ou dizer que ela deve ser feita de forma que os vetores se invertam e os mais novos passem a educar os mais velhos. Como Kohan apontou-nos anteriormente, o que não pode continuar, é uma pedagogia indiferente à criança. Há uma necessidade de se colocar o educador de frente com o educando, ele tem que enxergar.

Talvez a culpa resida nas projeções perniciosas da infância vistas ao longo da história do conhecimento. Podemos pegar Platão que tendia a enxergar a criança como um repositório de conhecimentos, uma entidade imperfeita que devia se manter passivo em um primeiro momento, justamente por ser o mais frágil. Segundo sua teoria da reminiscência, é a que menos se “lembra” das ideias, e por isso deve ter o caminho facilitado por aqueles que já estão a algum tempo nesse esforço (esforço de ascensão ao mundo das ideias). É Platão que abrirá oficialmente neste trabalho a linha do ensino de Filosofia e da educação afirmativa como toda. De Platão se seguirá uma análise de Rousseau e Kant. Claro! Sabendo que estamos deixando de falar, entre outros autores, de Hegel, Tomas Aquino, Hobbes e mais uma infinidade.

Em uma segunda parte falaremos sobre duas utopias educacionais, uma inclusive, que extrapola a área da filosofia e é muito debatida pelos educadores em geral. *Emílio* de Rousseau, e a outra obra é de Immanuel Kant, *Sobre a Pedagogia*. O texto kantiano

apesar de ser um texto secundário⁷, é de importância singular, porque ele foi construído visando uma prática. Assim se torna de extrema valia para este trabalho, pois ele talvez seja o texto de contato entre uma obra como *A República* e os nossos Parâmetros Curriculares. É possível enxergar uma linha progressiva, onde a primeira parte é um discurso abstrato como a obra de Platão. A segunda é uma obra mista como de Kant, e quando se chega a uma norma ou parâmetro, o choque é inevitável e o maior desastre é quase sempre o resultado dele.

Será discutido mais a frente sobre as críticas aos sistemas educacionais contemporâneos, através de uma crítica direta a um documentos que serve de norma a professores de todo país que é a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394*. Salientando que a parte que iremos destacar trata mais da filosofia e das ciências humanas. Isso é uma medida que visa a economia, já que, pode-se observar que os discursos afirmativos rebatem em todas as áreas de alguma maneira.

É bom destacar que é sabido que existem outras obras, principalmente da psicologia, história e geografia que também influenciam os currículos de forma determinante. Esse trabalho não visa esgotar as fontes pelas quais os currículos são confeccionados e sim analisar os discursos de alguns filósofos acerca de uma filosofia afirmativa ao longo da história.

⁷ Sobre a Pedagogia: esse texto não constitui um livro propriamente dito, mas sim uma compilação de notas do filósofo para aulas que seriam dadas na universidade de Königsberg de 1776 a 1787.

1. As antropologias socrática e platônica.

O pensamento de Sócrates é pioneiro, pois é o primeiro a desviar o olhar da filosofia da natureza e colocar o mesmo olhar sobre o homem. Claro, desconsiderando as contribuições dos sofistas como Protágoras ou Górgias. Mas diferentemente dos que se seguiram, Sócrates prefere não tentar definir uma natureza humana, apesar de um escuso apego a uma ideia de natureza. Ele está muito mais interessado em tentar desconstruir aquilo que todos dão como dado, através de recursos dialéticos que resultam na maiêutica. Sua ruptura com os pré-socráticos e seu antagonismo com os sofistas, demonstram essa nova orientação que ele quer dar a Filosofia. Esta nova orientação está sob a égide de duas exigências básicas, que são: a concepção que o saber estáocado no interior de cada pessoa e a superveniência de questões éticas e morais em detrimento de questões da natureza.

Uma questão a se levantar é o fato de que esse filósofo não tinha um retrato nítido das crianças em sua cabeça, ou seja, a suas especulações sobre uma psicologia infantil não se aprofundaram. Pelo menos podemos dizer que não havia uma preocupação expressa quanto a isso. Mas, de certa forma, era compartilhado, com Platão e alguns outros gregos uma ideia geral de que elas eram incapazes. Mas a diferença entre o Sócrates, do *Críton*, *Eutífron*, da *Apologia*, e Platão da *A República*, por exemplo, é que Sócrates por “saber que nada sabe” não tinha um objetivo de deixar um lugar definido as crianças, como Platão parece fazer. O Sócrates dos referidos diálogos dificilmente tentaria institucionalizar o conhecimento, transforma-lo em doutrina.

“Cálias, se teus dois filhos fossem potros ou dois bezerros, seríamos capazes de conseguir e contratar para eles um encarregado que os tornaria excelentes no tipo de virtude que lhes é própria. Seria um treinador de cavalos ou um criador de gado. Mas considerando-se que se trata de dois seres humanos, quem pensas contratar como encarregado? Quem é conhecedor desse tipo de virtude, isto é, a do ser humano e do cidadão?”⁸

⁸ PLATÃO. *Apologia de Sócrates*. Pg: 140

Sócrates é figura inspiradora ao entusiasta de qualquer pedagogia alternativa. Ele nos permite pensar a prática e a dimensão da educação como substantivamente não formativas. Não somente na educação, Sócrates também faz uma crítica a todo sistema afirmativo de política, como as oligarquias, a tirania e principalmente a democracia.

“Mas depois de Sócrates veio Platão e a pergunta se tornou resposta, a resistência se tornou proposta e o desocultamento se fez realidade absoluta. Platão entendeu a filosofia política como a afirmação de uma utopia, de um direcionamento comum por vir, essa polis ‘justa’ onde cada parte cumpre sua função que lhe corresponde.”⁹

E assim Kohan brilhantemente descreve a virada antropológica, a segunda na antiguidade. Se na primeira houve uma revolução geral, já que, os pré-socráticos nem do homem costumavam tratar. Na segunda houve uma mudança de conceito. A figura do homem, representada pela *polis*¹⁰, agora tinha uma noção clara de justiça, de bem e do belo. O homem agora é representado pela *polis*. As perguntas mudaram de: “Como a injustiça pode ser algo ruim ao homem?” para “Como a injustiça pode ser algo ruim para a polis?”. Essa mudança de paradigma é essencial e é nela que Platão (representado na figura de Sócrates) embasa todo seu argumento.

Platão não faz da infância um objeto de estudo, assim como Sócrates. Não há em seus diálogos uma particular atenção em retratar características psicológicas da infância. Pelo contrário, há uma total falta de compromisso de averiguar, como de fato a criança pensa, restando a ela um lugar residual dentro das funções da polis. Ela só pode ser avaliada segundo um crivo de potenciais. A ela não se imputa nada.

⁹ KOHAN, Walter Omar. O ensino da filosofia frente à educação como formação. Pg: 46

¹⁰ A pólis (πολις) – do grego; cidade.

E por ser tão frágil e incapaz, ela deve ser guiada. E uma criança que realiza suas potencialidades não traz vantagens somente para si e para sua família, traz também para toda polis. Família seria outro ponto a se destacar. Na polis ideal, especulada por Platão, as crianças devem ser criadas pela coletividade. O sistema tradicional de família traz mais desvantagens do que vantagens segundo os argumentos presentes principalmente no livro V.

“– Também isso é razoável. Mas como é que eles hão-de distinguir os pais e as filhas uns dos outros e os restantes parentes que acabas de referir?

- Não distinguem de modo algum. Mas todas as crianças que nasceram no décimo mês e também no sétimo a partir do dia em que qualquer deles foi nubente, a todas essas chamará, às do sexo masculino, filhos, às do feminino, filhas, e as crianças a ele pai, e do mesmo modo, aos descendentes deles chamará netos, e estes chamar-lhes-ão avôs e avós; e aos que nasceram no mesmo período em que as mães e pais deles geravam filhos, apelidarão de irmãs e irmãos, de maneira que, conforme há momentos dizíamos, não toquem uns nos outros. No entanto, a lei permitirá uniões entre irmãos e irmãs, se a tiragem à sorte se inclinar para esse lado e se a Pítia aprovar.”¹¹

Esse trecho é posterior a uma fala de Sócrates¹², em que ele explica de forma breve como é vital para a essa nova cidade, que haja esse controle. Isso interferiria inclusive na manutenção da *justiça* dentro da polis. Esse trecho é muito interessante, porque mostra o quão longe Platão é capaz de ir para que se alcance uma sociedade justa e vantajosa para todos. Para todos enquanto adultos, porque novamente a criança é alvo de uma proposta educacional que não quer saber muito de suas demandas. Não importa o quanto isso possa ser melhor ou pior para criança. O importante é que ela não é consultada, ela não é lavada em conta. A forma pela qual esses utopistas se referem a ela, esses no caso; são Platão, Kant e Rousseau, demonstra uma pretensa inefabilidade de suas projeções para uma natureza humana. Kant afirma ,em Sobre a Pedagogia: “*O homem é a única criatura que precisa ser educada. Por educação entende-se o*

¹¹ PLATÃO. A República. Pg: 230

¹²Esse Sócrates representa PLATÃO em a República.

cuidado de sua infância, a disciplina e a instrução com formação”.(KANT, Immanuel. Sobre a Pedagogia. Pg: 11)

Voltando a falar de Platão. Podemos dizer que ele abriu essa linha dentro da tradição filosófica. A de uma educação formativa. Ele tende enxergar a infância como algo a ser completado. Ele faz isso, pois, projeta uma cidade ideal, e como sua noção de comunidade esta ligada há um *abdicar-se* de cada pessoa que vive nela, o que é feito à criança; deixá-la tão passivamente a receber instrução, não é muito pior do que é feito aos outros integrantes.

É importante destacar que em outros diálogos, como Fedro; que é um dialogo indexado como de velhice, é possível outra interpretação de uma educação platônica. Mas a proposta do trabalho é justamente fazer um recorte e mostrar como Platão pode ser lido a favor do discurso afirmativo. Mas é mantida a afirmação de que na *A República*, que é obra mais lida de Platão, não se evidencia algo diferente do que é afirmado no paragrafo anterior.

Será preciso pensar em como será possível formar esse novo homem, que viverá nessa polis justa. Mas uma coisa é certa, esse novo homem de amanhã é a criança de hoje. E à medida que você convence o seu interlocutor de que parece bastante vantajoso viver em uma cidade como essa, os pressupostos argumentativos começam a se tornar superficiais e objetivos. Não há duvidas que educar e governar é um grande problema. Mas há de ter-se cautela, pois não há como trocar a duvida pela certeza e não pagar um preço caro por isso. E quem acaba sendo a maior vitima disso tudo, justamente porque não participa desse processo legislativo é a criança. Por isso que temos a impressão de que a maioria dos currículos e parâmetros e projetos educacionais são caducos. O ato de distorcer a imagem da figura da criança nesses documentos é algo que o ocidental já faz a algum tempo.

Já que estamos falando de educação, como devemos proceder, então? Em *A República* a educação visa o fomento de um bem estar social coletivo. A coletividade é o fim. As potencialidades de cada pessoa devem ser aproveitadas

da melhor forma, para a comunidade. Já na infância deve haver um processo de seleção: assim cada um terá uma educação específica para sua função dentro da cidade, aquele que tem mais condicionamento físico será o guardião, aquele que demonstra mais capacidade para ser médico, deve o ser, aquele que melhor desenvolve as habilidades para fabricar roupas será um fabricante de roupas, aquele que não sabe fazer mais nada, virará banqueiro e assim se segue. Uma qualidade que não deve faltar a nenhuma das funções é a propriedade de ser justo. E ser justo na utopia Platônica é o melhor que você pode fazer pelos outros e por si mesmo. Essa discussão está presente no livro II, de *A República*.

É importante destacar, que o germe desse discurso afirmativo, dessa pedagogia formativa é justamente a visão de que é necessária uma justiça, e necessário montar um conceito do que é bom e do que é certo. Sócrates faz esse alerta:

“Havemos mesmo de servi-lhes sobremesa de figos, grão de bicos, favas, e torrão ao fogo bagas de murta e bolotas, enquanto bebem moderadamente. E assim passarão a vida em paz com saúde, morrerão velhos, como é natural, e transmitirão aos seus descendentes uma vida da mesma qualidade.

- Se estivesse a organizar, ó Sócrates – interveio ele – uma cidade de porcos, não precisavas de outra forragem para eles.

- Mas então como há-de ser, ó Gláucôn?

...

- Seja – disse eu – Compreendo. Não estamos apenas a examinar, ao que parece, a origem de uma cidade, mas uma cidade de luxo. Talvez não seja mau. Efectivamente, ao estudarmos uma cidade dessas, depressa podemos descobrir de onde surgem nas cidades a justiça e a injustiça. A verdadeira cidade parece-me ser aquela que descrevemos como uma coisa sã, mas, se quiserdes, observaremos como uma coisa sã, mas, se quiserdes, observaremos também a que está inchada de humores.”¹³

Com a pretensão de se criar uma cidade “sã”, muitas demandas são criadas também. O problema é que ao se projetar uma cidade ideal o salto que se faz é

¹³ PLATÃO. *A República*. Pg: 78-79

muito grande. E é justamente por isso que não há limites para as experiências de pensamento. A imaginação vai longe e forçamos a barra para que o nosso sistema fique todo encaixado. Assim podemos resumir os projetos educacionais da seguinte forma: como geralmente ele (o projeto) é pensado para um homem do futuro, que são no caso as crianças de hoje, são sempre preenchidos com algumas idealizações, assim como foi o processo desenvolvido em A República com alguns desejos e esperanças. E por isso essa experiência de pensamento não pode ser levada muito em conta no momento em que você for de fato fazer um plano de educação.

Assim fica difícil conciliar a ideia de Platão com algo praticável porque na polis não há espaço para perversões, ou desvios. Na polis ideal, a coisa mais justa é que cada cidadão cumpra seu papel. E deturpar isso, pode ocasionar a maior das injustiças. E todo aquele que terá um papel a ser cumprido, será de certa forma limitado desde cedo, ficando encaminhado a ele escolher algo, premeditado por outro que tenha pericia para isso. Assim cada um deve resignar-se, pois estará fazendo o bem a sua cidade. O cidadão deve se apequenar diante da cidade e fazer o que for melhor pra ela.

Volto a dizer que essa visão da Paideia¹⁴ platônica não deixa de ser um recorte de arcabouço conceitual bem mais extenso. Platão modifica um pouco ao longo de sua cronologia bibliográfica a forma de ver o homem e como devemos educá-lo. Mas em a República, e interpretação oferecida pelo trabalho é no mínimo válida já que ao longo dos dez livros¹⁵, não se evidencia uma perspectiva diferente dessa que foi posta no trabalho, a afirmativa.

Por fim, admito que talvez não tenha sido a melhor escolha separar Platão de Sócrates. Mas a distinção adotada por Kohan foi levada em conta por um cunho didático. Para que fosse notada a diferença de um Platão afirmativo, como é o da República e de um Platão aporético, que aqui nomeamos como Sócrates.

¹⁴ Paideia significa: ideal de formação educacional

¹⁵ A divisão tradicional da obra em dez livros não corresponde a nenhuma divisão desejada pelo autor nem à ordem cronológica de sua composição.

2. O Emílio de Rousseau e a proposta pedagógica de Kant

O salto mais perceptivo é talvez, o existente entre os antigos e medievais justamente, quanto a questão da transformação no que vem a ser o termo consciência. Não podemos dizer que o termo existia na época de Sócrates e Platão, mas, algo que se assemelha bastante a ela pode ser percebido nos diálogos. No *Teeteto*, por exemplo, a opinião; “a opinião honesta”, seria como a síntese de um diálogo que o indivíduo faz consigo mesmo, ocorrendo dentro de seu interior. Podemos dizer que isso se assemelha a ideia de consciência, mas é muito menos sofisticada do que a ideia de consciência que Kant confecciona por exemplo. Os autores desse segundo capítulo, Rousseau e Kant trabalharão com um novo conceito de consciência.

O primeiro dos autores que trataremos da modernidade é justamente Rousseau. Em seu livro *Emílio* ele expõe a sua teoria da educação, pode ser considerar a sua obra mais complexa. É onde ele coloca toda sua filosofia. Este livro também lhe valera a perseguição a mais violenta. O livro é condenado à fogueira pelo parlamento de Paris, e em Genebra Rousseau é condenado a prisão. Isso ocorreu talvez, por falar de forma despuorida. Já que não houve um salto considerativo das próprias teorias educacionais, de Locke e dos medievais.

Fazer uma análise do fim que tem a educação, se torna necessário. O contrato social que terá outras conotações na tradição filosófica ao ser apresentado em Rousseau pode gerar confusão. Porque visar uma condição que em ultima análise prende o homem a um estado de condicionamentos morais, pode parecer uma contradição se observarmos as coisas que Rousseau escreve sobre a natureza humana. O contrato social não projeta o retorno à natureza originaria, mas exige a construção de um modelo que fomente uma vida em sociedade que seja confortável para todos que fazem parte dela. Ele por mais que soe estranho, justamente por ser um modelo (e isso teremos que ter em mente a todo momento) não esta baseada nos instintos e também nos impulso passionais, mas também não deve acontecer sob a égide da pura razão.

Delimitar o que tange a proposta de Rousseau no *O contrato social* é mais fácil do que entender o princípio que o embasa. Tal princípio não é vontade abstrata, ou a razão pura, que parece tão insípida ao senso comum. Rousseau de certa forma nos empurra um ideal que esta de acordo com a crença dele, mas o mesmo não refuta por completo os fundamentos da sociedade a qual critica. Entender esse conceito é importante, porque contrato social legitima o poder e garante a transformação social através da *vontade geral amante do bem comum*. Nesse ponto se percebe que ele não é muito diferente de Platão, por exemplo.

Para entender melhor ao que esse princípio remete, é interessante falar sobre a idéia de *homem em estado de natureza*. Esse homem natural é integro, biologicamente sadio e moralmente reto, e, portanto, justo. Fazendo uma análise comparada, ele seria o homem adequado à primeira cidade imagina por Platão em a República¹⁶. O desequilíbrio, ou desvirtuação desse homem consistiria, exatamente como aponta Sócrates, em uma derivação de ordem social, ou seja, quem corrompe o homem é a sociedade. Mas o mais importante a se observar é o fato de que Rousseau usa esse conceito mais como uma hipótese de trabalho.

Podemos indexar a idéia de homem natural como categoria teórica, essa categorização o ajuda a definir melhor o homem presente¹⁷. Atribuindo a esse conceito uma função normativa, um ponto de partida. Assim ele pode se expressar melhor sobre os aspectos corrompidos do homem.

Essa visão de *homem natural*, não é exclusiva de Rousseau. O Mito do bom selvagem era figura conhecida daqueles que consumiam literatura no século XVI, e é advinda do contato que os europeus tiveram com o *novo mundo*. Após esse contato, uma esfera de culto a vida dos primitivos e a apologia a uma vida mais selvagem era um cenário bastante presente nos livros. Os selvagens tinham uma psique sedutora a Rousseau, viviam num estado aquém do bem e do mal, a

¹⁶ Aqui referimo-nos a Idea desenvolvida no primeiro capítulo. Onde Sócrates na Republica, fala sobre a origem da injustiça consistir exatamente no fato de que sempre desejamos uma cidade mais sofisticada. Uma cidade que beirasse a barbárie, poderia sim ser tão justa quanto qualquer outra. Mais um homem mais selvagem seria mais apto para viver nela.

¹⁷ Rousseau viveu de 1712 a 1778.

natureza empurra o selvagem a um estado de realização dos sentimentos em detrimento da razão. O ocidental esqueceu-se, de certa forma, que os sentimentos e os instintos são supervenientes à razão, segundo Rousseau.

Esse mito do bom selvagem, que seria uma condensação do seu homem natural, que é, sobretudo uma espécie de categoria, faz parte do argumento pelo qual Rousseau condena os seus contemporâneos. Que não enxergam, ou faziam vista grossa, sobre o quanto o progresso técnico e moral prejudicaram essa outra alternativa de ascensão a um estado cosmopolita mais saudável.

Essa visão de estado natural leva o genebrino, a contestar as vantagens da democracia. A democracia tradicional em teoria tem como base uma *vontade geral*, que legitima as ações dos governantes. Mas como um “ser humano” que tenha sido fabricado por um sistema opressor, que o tornou individualista e egoísta, poderá participar de uma democracia salutar? Assim Rousseau tem que justificar, a sua nova posição do que seria a vontade geral. Algo que tende a desvinculação de uma sociedade que esta aí. E é nisso que consiste seu esforço. Para Rousseau, então é mais importante fazer com que essa nova sociedade pareça algo inteligível para todos. E o grande investimento que ele faz para que isso se realize, é justamente na teoria da educação. O que faz a sociedade caminhar são as ideias em comum. O vínculo social decorre daquilo que há de comum nesses interesses diferentes; se não houver o mínimo de consenso não haverá bem estar social e sim um bem estar artificial.

Sua obra *o Emílio* visa propor uma educação para esse novo mundo. Como mesmo aponta Rousseau:

“ No estado em que já se encontram as coisas, um homem abandonado a si mesmo, desde o nascimento, entre os demais, seria o mais desfigurado de todos. Os preconceitos, a autoridade, a necessidade, o exemplo, todas as instituições sociais em que nos

achamos submersos abafariam nele a natureza e nada poriam no lugar dela.”¹⁸

Assim a proposta pedagógica de Rousseau segue a seguinte linha: dar a criança e, depois ao adolescente uma educação não-afirmativa, que os proteja o máximo de tempo possível da influencia danosa da sociedade. O retorno ao estado de *homem natural* será o fim e o meio dessa educação. A natureza deverá ser o primeiro mestre, ou seja, o contato direto com os objetos deve ser privilegiado. A criança se formará por sua própria experiência, influencia direta de um mestre nessa fase são consideradas negativas por Rousseau.

Ela deverá ter um professor tão discreto quanto onipresente; pois embora a criança não deva receber lições de ninguém, a não ser daquelas que são frutos de seu próprio contato com as coisas, é preciso que em torno dela, sem que ela perceba, se organize um mundo capaz de garantir a formação de sua capacidade de pensar. Portanto nada deverá ser deixado ao acaso.

*“Primeiramente pensai bem em que raramente vos cabe propor-lhe o que deve aprender; ele é que deve desejá-lo, procura-lo, encontra-lo; a vos a tarefa de fazer nascer habilmente o desejo e de fornece-lhe os meios de satisfazê-lo”*¹⁹

Apesar de nenhum empreendimento educacional poder prescindir de seus fins, isso tem que permanecer invisível a criança, até porque ela mesma não é capaz de digerir isso. Mesmo que a contragosto devemos afastar os conhecimentos que *“embora verdadeiros em si, levam uma alma inexperiente a pensar erroneamente acerca de outros assuntos.”* *“(ROSSEAU. Emílio ou da Educação. pág. 174)* Algo como o incentivo a leitura, ou a contemplação de idéias mais abstratas devem ser evitados nesse começo. *“Que os sentidos sempre sejam sempre os guias em nossas primeiras operações do espírito: nenhum outro livro senão o do mundo... A criança que lê não pensa, só lê; não se instrui, aprende palavras.”* (ROSSEAU. Emílio ou da Educação. pág. 174)

¹⁸ ROSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou da Educação. Pg: 9

¹⁹ Idem. Pg. 192

Rousseau ridiculariza quem ensina as crianças fábulas e histórias de cunho moral, já que as mesmas não se encontram preparadas pra entendê-las.

“Ensinam as fábulas de La Fontaine a todas as crianças e nenhuma só as entende. E se as entendesse seria pior ainda, porquanto a moral se apresenta tão confusa e tão desproporcionada com sua idade, que levaria mais ao vício do que à virtude”²⁰

As lições de moral também não serão bem vindas a Emílio, não as que venham em forma de sermão. A criança deve receber essas lições naturalmente, como conseqüências diretas de seus atos. Rousseau procura eliminar os intermediários entre os objetos de estudo e o aprendiz. Assim Rousseau aconselha que não devemos deter-nos muito em explicar-lhes as coisas do mundo através de nossas palavras. Devemos conduzi-la pra que encontre os sentidos das coisas, sozinha. É preciso também se desapegar em certa medida dos signos e outras representações, isso a distancia dos objetos, que nessa primeira fase são de fato os maiores mestres: *“Em geral, não deveis substituir a coisa pelo sinal, a menos que seja impossível mostrá-la, porque o sinal absorve a atenção da criança e a leva a esquecer a coisa representada.”* (ROSSEAU. Emílio ou da Educação. pág. 179)

Após essa análise da obra, fica claro que Rousseau assim como os outros utopistas²¹ percorre um caminho delicado que é, o de deixar o objeto da especulação bem claro. Em o Emílio, para falar sobre as conseqüências dessa educação, ele ,ao mesmo tempo que teoriza, quer se fazer claro, tão claro que o livro realmente pode servir como um manual de educação. E os discursos pedagógicos quando estão muito próximos de seu objeto que no caso é “o método pedagógico” fica muito exposto. Para se fazer claro Rousseau se expõe. Expõe suas opiniões, seus desejos, seus anseios e inclusive suas discriminações. Inclusive tem um trecho interessante que ela fala sobre uma diferença entre a educação de um menino e de uma menina:

²⁰ ROSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou da Educação. Pg: 105

²¹ Por utopia entenderemos modelo. A utopia representa em Rousseau e em Platão é a encarnação mais elevada do "princípio de esperança", do movimento humano para um mundo melhor. A utopia é o que deveria ser. Os utopistas afirmam um modelo como melhor possibilidade.

“Daí ao homem um ofício que convenha a seu sexo, e ao jovem um ofício que não convenha a sua idade: uma profissão sedentária e caseira, que efemina e amolece o corpo, não lhe agrada nem lhe convirá. Nunca um jovem aspirou espontaneamente a ser alfaiate; é preciso arte para levar a esse ofício de mulher o sexo para o qual não foi feito... Se eu fosse soberano não permitiria a costume as artes da agulha senão as mulheres e aos mancos reduzidos a trabalharem como elas.”²²

A filosofia por si só não tem um objeto claro de estudo. A Lógica, por exemplo, tem como objeto a matemática, a ética tem a política, a metafísica tem Deus, entre outros. Um dos objetos da ética e da moral é a educação. A educação é pano de fundo para se falar de conceito de homem dentro da filosofia.

A educação como objeto é escorregadia, se formos comparar com outros objetos contidos no conjunto da ética e da moral, ela não tem um fim certo, assim como a política. Isso transforma a educação em um grande problema para todas as culturas. E esse problema geralmente é resolvido de forma desastrada. Os indivíduos são sintetizados, de forma a servir a essa sociedade. Nesse processo de fabricação é preciso pensar em uma matéria prima. E Rousseau assim como seus colegas utopistas deixa a entender que a criança é uma grande redentora de um mundo futuro.

Desta forma, a discussão sobre uma “natureza humana”, e sobre o papel das instituições sociais é por demais pertinente. O homem natural para Rousseau é a figura do bom selvagem, que ele trabalha tão bem em O Contrato Social. Mas na obra rousseauliana investigada nesse trabalho (*O Emílio*) também há uma insistente discussão de quais características são necessárias ao homem. Rousseau dialoga com o conceito dos seus contemporâneos a cerca do que é próprio do homem e apresenta uma alternativa, que culminará no modelo do “bom selvagem”.

²² ROSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. Pg: 220

“ As boas instituições sociais são as que mais bem sabem desnaturar o homem, tirar-lhe sua existência absoluta para dar-lhe outra relativa e colocar o eu na unidade comum, de modo que cada particular não se acredite mais ser um, que sinta parte da unidade, e não seja mais sensível senão ao todo.”²³

Novamente se nota um discurso apontando o fim da educação, assim como Platão e Sócrates, e como também será Kant. A Educação, que pode ser dita como uma dessas instituições sociais rousseaulianas, visa coletividade, ou a cosmopolitização. A “cidade” precisa que o indivíduo se anule de certa forma, em prol de uma melhor qualidade de vida. E os discursos afirmativos tem um papel importante nesse processo.

Há certa falta de pressupostos válidos em todas essas utopias, exige-se certa complacência para se poder pensar junto com os autores. Os utopistas costumam elencar diversas premissas que validem sua conclusão argumentativa, mas tudo ocorre de forma suspeita. Precisa-se ser complacente com os autores para que a experiência de pensamento deles dê certo. Inclusive Rousseau chega a fazer uma crítica de como a educação ocorre geralmente ao longo da história, a fim de mostrar como a sua perspectiva parece mais plausível.

“ Na ordem social, em que todos os lugares estão marcados, cada um deve ser educado para o seu. Se um indivíduo, formado para o seu, dele sai, para nada mais serve. A educação só é útil na medida em que sua carreira acorde com a vocação dos pais, em qualquer outro caso ela é nociva ao aluno,... Mas, entre nós, quando somente as situações existem e os homens mudam sem cessar de estado, ninguém sabe se, educando o filho para o seu, não trabalha contra ele.”²⁴

“Na ordem natural, sendo os homens todos iguais, sua vocação comum é o estado de homem;... Antes da vocação dos pais, a natureza

²³ ROSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou da Educação. Pg: 13

²⁴ ROSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou da Educação. Pg: 15

chama-o para vida humana.... Nosso verdadeiro estudo é a condição humana."²⁵

Aqui Rousseau novamente incorre no erro dos utopistas, quando se encontra diante de uma aporia, eles recorrem à metafísica e nos empurram conceitos como esse de "Natureza humana". Assim fica evidente que o caminho do utopista é construir pressupostos no mínimo suspeitos, para que lá na frente quando ele estiver falando sobre política e educação, por exemplo, ele esteja, de certa forma, respaldado.

Immanuel Kant em seu texto, *Sobre a pedagogia*, persegue um fim parecido, com o dado por Platão e Rousseau. O de uma educação que leve a uma cosmopolitização, ou seja, processo que visa tornar alguém cidadão. Mas diferentemente dos textos anteriormente referidos esse não eram textos que representavam a filosofia kantiana por assim dizer. Aqui podemos ver um lado interessante do filósofo de Königsberg, pela obra referida você poderia julgar de forma equivocada um Kant humanista e preocupado em não se limitar a considerações e princípios abstratos. Mas por justamente estar à sombra de Rousseau a qual Kant era admirador confesso, essa foi considerada de menor importância pelos pedagogos. Dentro da bibliografia kantiana é apontada até como apêndice, apesar de *Sobre a pedagogia* ser uma obra de maturidade.

Assim como em Rousseau, Kant afirma que a educação não deve ser puramente mecânica e nem se fundar em raciocínio puro, mas deve apoiar-se em princípios e se orientar pela experiência. Isso porque no caso de basear-se apenas no raciocínio puro, a educação estará favorecendo a uma alienação e assim dificultando a superação das condições de heteronímia. Mas também não é o caso de você se guiar somente pela experiência, pois desta forma, não haverá autonomia porque para Kant a autonomia se dá justamente quando o homem segue a lei universal que sua própria razão proporciona.

²⁵ idem. Pg: 15-16

“É necessário fundar as escolas experimentais antes de poder criar escolas normais. A educação e a instrução não devem ser puramente mecânicas, mas deve apoiar-se em princípios. Entretanto, não deverá fundar-se no raciocínio puro, mas, num certo sentido, também no mecanicismo.”²⁶

Seu conceito de autonomia, está intimamente ligado a uma noção de liberdade. A autonomia em Kant como bem coloca Abbagnano serve *“para designar a independência da vontade em relação a qualquer desejo ou objeto de desejo e a sua capacidade de determinar-se em conformidade com uma lei própria, que é a razão.”* (ABBAGNANO. Dicionário de Filosofia. Pg: 111) E a liberdade consistira no processo de você acender uma condição onde não há subjugo ideológico, onde você apesar de possuir uma essência, não se encontra subordinado a ela. Assim a tarefa da educação é orientar um ser que não pode ser conhecido, pois sua essência não o determina desta forma, ele pode tomar múltiplos caminhos e no fim das contas ele (o próprio ser) é o único capaz de se determinar.

O indivíduo kantiano é de certa forma parecido com o rousseliano mesmo nascendo com disposição para seguir seus impulsos e vícios, também nasce com a lei moral dentro de si. E se por ventura esse indivíduo tende a maldade, é simplesmente por não ter sido guiado quando deveria. No homem não há uma pré-disposição a maldade.

“Uma boa educação é justamente a fonte de todo bem neste mundo. Os germes que são depositados no homem devem ser desenvolvidos sempre mais. Na verdade, não há nenhum princípio do mal nas disposições naturais do ser humano. A única causa do mal consiste em não submeter a natureza a normas. No homem não germes, senão para o bem.”²⁷

Portanto, Kant afirma que em geral a humanidade, em seu cerne é integralmente boa. Cabe ao homem escolher se seguirá sua razão ou não, mas aquele que escolhe não a seguir, no mínimo será um indivíduo desprovido de autonomia.

²⁶ KANT, Immanuel. Sobre a pedagogia. Pg: 28

²⁷ Idem. Pg: 23

Porque somente apelando para razão, o indivíduo consegue ter acesso à lei universal e desta forma adquire a autonomia.

Mas Kant quando parte para uma fala mais ligada a questão da prática da educação, fica um pouco mais evidente seu caráter cerceador. Kant vê como essencial, uma parte negativa da educação, uma parte disciplinadora. Mas como funcionaria esse processo? No momento em que a criança ainda não tem condições de ter acesso a lei universal, ela deve ser reprimida com cautela para que ela discipline sua vontade. Aos poucos a criança verá a necessidade da disciplina e ao invés de continuar a obedecer a algo exterior a ela, obedecerá a si mesma. Ela fará isso através de um processo racional. Dando assim mais um passo até sua autonomia. Por isso, pode-se dizer que a disciplina não é oposta à autonomia, ao contrário, a disciplina é necessária para que o homem aprenda a guiar sua vontade pela razão.

A educação kantiana, proposta pela *Sobre a Pedagogia* é uma questão do aperfeiçoamento interior. Colocando como habilidades a serem desenvolvidas a capacidade de entender e de julgar como prioridades, e colocando a memorização simplesmente como facilitadora desse desenvolvimento. A memória continua tendo sua importância. O entendimento não acontece sem impressões sensíveis e a memória deve cumprir esse papel de armazenar as impressões, ou seja, desenvolvê-la também é preciso. O que não deve ser feito é fundar sua educação no desenvolvimento dela.

“O perigo que subjaz numa educação que prime pela memória é que esta leve o homem a servilidade. Uma pessoa servil não é capaz de dar as próprias regras, se restringe e imitar ou obedecer aos demais, caracterizando uma situação de heteronomia.”²⁸

Pelo que foi visto até aqui, o tratado sobre a pedagogia Kant no incentiva a pensar uma educação, de certa forma libertadora. A criança apesar de não parecer, tem certa liberdade. Mas a diferença é que Kant coloca a disciplina, que

²⁸ ZATTI, Vicente. Autonomia e Educação em Immanuel Kant e Paulo Freire. Pg.?

é algo associado geralmente a didáticas castradoras, como pré-requisitos para se atingir um estado de autonomia. Assim podendo perseguir metas próprias. Assim o conhecimento e a razão teórica funcionariam como catalisadores, mas como mesmo aponta Zatti: *“no entanto, penso que a razão teórica não é tão inocente, tão neutra, quanto ele pensava, o conhecimento não está imune à ação das ideologias, e Isso deve ser levado em conta ao se pretender educar para autonomia”* (ZATTI. Autonomia e Educação em Immanuel Kant e Paulo Freire. Pg. ?)

3. A presença do discurso afirmativo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Se os discursos afirmativos não ficam tão evidentes nos textos filosóficos como alguns alegam, o mesmo não se pode dizer das legislações e parâmetros de educação. Esses documentos, por terem justamente um caráter pragmático, não podem fugir da objetividade. Como aponta o artigo 1º da LDB²⁹:

Art.1º.A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

O papel da filosofia quando se trata dessas legislações, juntamente com argumentos provindos de outras áreas, é embasar o discurso afirmativo. E como se dá esse processo? É legado da filosofia uma imensa tradição, tradição essa que também se refere a noções importantes que ajudam, quando invocadas, o argumento afirmativo³⁰. A filosofia sempre pareceu reter o que é essencial ao pensamento ocidental. E isso faz dela, um ótimo artifício a se usar, quando se trata desse tipo de operação.

Tratar da influência da filosofia nas orientações e parâmetros educacionais é imprescindível para que possa ser realizada uma análise mais apurada dos pressupostos subjacentes de um texto que por ser uma norma, preza pela objetividade. E essa mesma objetividade tende a seguir uma perspectiva linear, justamente pela economia de argumentos, ou seja, uma norma costuma ser muito sintética, ela pressupõe que o leitor já possui o arcabouço teórico para entendê-la. Assim não precisa insistir na sua autojustificação.

Essa linearidade é reflexo de um engessamento do discurso ético-moral. Engessamento esse que foi amparado pela Filosofia ético-moral dos filósofos presentes neste trabalho (não somente eles). Essa linha de pensamento, de certa forma, impera no tecido social. Uma área do saber (a Filosofia) que por estereótipos, tem por qualidade ser questionadora e fomentadora de capacidade crítica, parece convergir e apontar somente um discurso quando se fala do que é justo, certo e errado. A filosofia teria essa

²⁹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

³⁰ Faz referencia a discursos afirmativo, explicado na introdução 1º§ deste trabalho.

famigerada capacidade de reter a unidade, reter o ideal de totalidade. Mas uma pessoa mais esclarecida percebe que há uma falsa impressão de que ocorre uma convergência de saberes. Na realidade os saberes são filtrados; e sintetizados e poucas soluções são oferecidas para os diversos tipos de problemas referentes a essas áreas(ético-moral). E isso cria uma demanda incabível para a Filosofia de justamente ser fonte de argumentos que favoreçam essa ideologia. A verdade deixa de ser buscada na esfera metafísico-religiosa, para ser agora extraída de uma pretensa razão absoluta.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.³¹

Essa tentativa de delimitar a serventia da educação é também assumir um fracasso de um debate que sempre houve. Opor-se ao argumento como esse, de que devemos pautar nossas ações visando uma conservação de todas nossas instituições sociais, dentro de uma sociedade, que se diz democrática, é difícil. Mesmo porque, ele parece consonante com toda essa estrutura social. O que vêm a ser perverso é a tentativa fazer isso parecer natural. E naturalizar concepções é trabalho que Filosofia também faz.

A filosofia, mais especificamente a síntese dialética, se dá de frente a problemas. Por isso ela se torna por diversas vezes aporética. Um lugar sem saída, é um lugar bastante comum na filosofia. E ir contra isso invariavelmente acaba desclassificando seu argumento como filosófico. Mas existem formas de se colocar um argumento sem pressupostos, talvez não “sem”, mas com os pressupostos errados e isso é bem comum. Na verdade é o que é feito em alguns discursos afirmativos.

Art. 22º. A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.³²

Uma das acepções do termo cidadão apontado pelo dicionário Houaiss é “*cidadão é aquele indivíduo que, como membro de um Estado, usufrui de direitos civis e políticos*”

³¹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

³² idem

garantidos pelo mesmo Estado e desempenha os deveres que, nesta condição, lhe são atribuídos.” A educação tem essa responsabilidade e como vimos isso é também afirmado e apoiado pelos filósofos utopistas.

A filosofia deve sim nos ajudar a fazer os currículos, os parâmetros, mas deve fazer isso de forma “limpa”. O que acaba acontecendo em alguns casos é que ela não justifica e sim compactua com as teorias defendidas nos currículos, age de forma obscura, para camuflar as verdadeiras intenções por de trás dos currículos.

E como ocorre tudo isso? É difícil responder, já que, se for observado com atenção pode se notar um círculo vicioso onde não se sabe mais o que causa o quê. Se é a moral e a ética social que ocasionam uma educação complacente, ou se é uma educação comprometida com valores tais que sustentam essa forma de pensar.

Em 1971 a lei 5692, foi emitida excluindo a filosofia dos currículos de educação básica. Uma das interpretações da época, que ainda é considerada válida, é que a presença dessa matéria nos currículos é combustível para que os alunos possam desenvolver capacidade crítica e assim questionar a legitimidade de um governo não democrático, como foi o governo militar. Kohan faz uma observação interessante de como pode variar os conceitos de crítica ao longo da tradição filosófica, desta forma, a competência de ajudar a fomentar a capacidade crítica pode significar diversas coisas e assim servir a qualquer modelo de educação.

“Constatamos que, em diversas tradições, o ensino da filosofia esta ligado à formação de uma consciência ou capacidade crítica. Contudo, essa atitude crítica é entendida de diversas formas em função do marco teórico da referencia.”³³

A tradição analítica, a tradição dialética, o marxismo. Existem inúmeros conceitos de crítica ao longo da tradição, e justificar a retirada da filosofia com um argumento tão vago, é por demais suspeito. Ela na verdade pode ser novamente uma outra transfiguração. O que os militares e a elite do Brasil naquele momento poderiam estar querendo retirar, era um tipo de filosofia, um tipo de crítica. E depois trocar por uma outra, mais perversa e obscura, que seriam ensinadas nas aulas de instrução cívica. Essa troca de “filosofias” fazia um trabalho caro a algum grupo que quis se manter no poder,

³³ KOHAN, Walter Omar. O ensino da filosofia frente à educação como formação. Pg: 35

que é o de legitimação e manutenção. Como o professor Kohan mesmo aponta, trocam, por uma filosofia com outro caráter formativo. Uma filosofia, assim como as antigas que seguem um discurso afirmativo, que tenha um caráter de fabricação de um ideal de pessoa. Mas desta vez uma pessoa que aceite e veja vantagens em um sistema opressor, que entenda discursos encarceradores e repressores como um bem para a sociedade.

Após a derrocada do governo militar, a reintrodução da matéria filosofia foi incitada desde as primeiras conversas entre educadores. E isso é por demais perigoso. Se a filosofia ou qualquer outra forma de pensar incitam uma perspectiva crítica diante de uma sociedade, ela também pode ter uma perceptiva de afirmação de outra. Podemos ter tanto um discurso que vise uma revolução social e um discurso de manutenção que sejam consoantes, trabalhando da mesma forma.

Observado isso, é possível encontrar múltiplos conceitos de educação. Abbagnano distingue dois como diametralmente opostos: o primeiro é posto em prática comumente por comunidades religiosas, consiste na transmissão pura e simples das técnicas consideradas válidas e na transmissão simultânea da crença no caráter sagrado, portanto imutável, de tais técnicas e seus efeitos. O segundo conceito de educação, a transmissão das técnicas já adquiridas tem, sobretudo a finalidade de possibilitar o aperfeiçoamento dessas técnicas através da iniciativa de indivíduos (ABBAGNANO, Dicionário de Filosofia. pág.357). Dessa forma, a educação não é vista como algo visando uma coletividade, mas sim visando à individualidade. A formação e construção da subjetividade, somados ao ganho progressivo de cultura é o fim da educação, nessa segunda perspectiva.

Não por acaso o segundo conceito é ligado a forma da educação no ocidente. Mas aqui podemos observar o que talvez seja grande equívoco. O segundo conceito é adotado como método parcialmente, o ocidental enxerga sua educação como construtiva, mas ela dificilmente sai da esfera de reprodução, principalmente tratando-se da educação institucional. Isso porque ela (a educação) parece sempre estar comprometida com fins ideológicos escusos. A partir da história moderna e contemporânea já tivemos vários exemplos de como a educação foi útil, ao príncipe, ao governante, ao burguês. Útil para que fosse realizada a manutenção, dizer que a formação da subjetividade é a coisa mais

importante para estes é no mínimo ser desonestos. Os utopistas como Platão, Kant e Rousseau entre outros sim a necessidade de uma educação cosmopolita. Vendo dessa perspectiva, é observável que a Filosofia ainda é um reduto seguro do pensamento. Se você estuda esses utopistas, perceberá que eles não escondem as suas intenções e de forma indireta expõe suas fragilidades. Já não podemos dizer isso dos documentos da educação, do discurso normativo.

Conclusão

Assim podemos fazer críticas a educação contemporânea, principalmente essa que existe no Brasil. Sua concepção de homem e de sociedade não pode ser efetivada, tendo, portanto, proposto algo que não é possível de ser atingido. Ultrapassar essa figura normativa de homem talvez seja um bom primeiro passo para se pensar a educação. É razoável que por ser uma área onde o pragmatismo é necessário, por vezes, se torna urgente se tomar uma decisão que seja também realizável para o Estado. Mas não podemos com essa desculpa matar a discussão nos órgãos que tem a competência para discutir sobre o fim e o meio da educação.

Podemos dizer que hoje, diferentemente do tempo de Platão e Sócrates, Rousseau e Kant, adquirir conhecimento ou informação esta mais fácil, de forma que não há mais como controlar pra onde a sociedade direciona suas vontades, essas demandas surgem e são satisfeitas, sem que haja um intermédio do estado , mas por trás desses conteúdos, o que se enxerga é um interesse de filtrar a informação transformando ela em células de propagando ideológica. No caso, totalmente comprometida com as teorias liberais e legitimação das ações do Estado.

A imagem da infância foi delimitada por esses autores, que de tal forma elas meio que só servem para os contextos que eles também impuseram. O mundo é muito mais diversificado e intangível do que esperava Platão e Rousseau, com suas teorias, para alguém que se desenvolve nele. Os textos deles conversam muito pouco com a realidade que nos vivemos e com as suas próprias realidades, por isso se via a necessidade da fundação de uma nova cidade, para Platão.

Por fim, a análise dos dois documentos. Mostram a corrente a qual os legisladores defendem. A linha do discurso afirmativo é esmagadoramente predominante na sociedade, e isso é refletido nos nossos documentos sobre educação. Os discursos afirmativos estão presentes, nas mídias de massa, nos *best sellers*, na musica e principalmente dentro da escola. Mas como foi dito no começo do trabalho, não será oferecida uma solução aqui. Apesar de constante descontentamento que me causa a

permanência desses discursos na sociedade, fomentando seus preconceitos e amortizando qualquer alternativa de se pensar diferente, o intuito era outro. Era somente tentar mostrar através dos discursos dos filósofos, o quanto fomos ensinados ao longo da história a pensar dessa forma.

Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2007

PLATÃO. A República. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 9ª edição

KANT, Immanuel. Sobre a Pedagogia. Piracicaba: Editora Unimep, 1999

PLATÃO. Eutífron (ou da Religiosidade). Bauru: Editora Edipro, 2008

PLATÃO. Apologia de Sócrates. Bauru: Editora Edipro, 2008

PLATÃO. Críton. Bauru: Editora Edipro, 2008

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

Rousseau, Jean-Jacques. Emílio ou da Educação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1995

KOHAN, Walter Omar. O ensino da filosofia frente à educação como formação. In: Filosofia do ensino de filosofia. Sílvio Gallo, Gabriele Cornelli, Márcio Danelon (organizadores). Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ZATTI, Vicente. Autonomia e Educação em Immanuel Kant e Paulo Freire. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2007.